

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Edna Godoy Barros

QUEM SÃO OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA?
Questão de Identidade

Campinas
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Edna Godoy Barros

QUEM SÃO OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA?
Questão de Identidade

Monografia apresentada à Faculdade de Educação, da UNICAMP, para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia desenvolvido sob a orientação do Professor José Roberto Heloani.

Campinas
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

B278q Barros, Edna Godoy, 1958-
Quem são os funcionários da escola? Questão de
identidade / Edna Godoy Barros. – Campinas, SP: [s.n.],
2012.

Orientador: José Roberto Montes Heloani.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Identidade. 2. Profissionais da educação. 3.
Escolas. I. Heloani, José Roberto Montes, 1956- II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

12-149-BFE

Dedico este trabalho as companheiras de jornada, que com suas atitudes em relação à sua labuta diária na escola estimularam-me a estudá-las com o objetivo de relatar a quem interessar o quanto são importantes dentro do contexto escolar.

Minha homenagem a elas, todas elas...

Agradecimentos

Agradeço primeiro a Jeová por dar-me forças para prosseguir quando estive bem perto de desistir.

Agradeço ao professor Heloani por sua gentileza e principalmente porque respeitou meu tempo de recolhimento e ao professor Evaldo Piolli por suas importantes observações.

Agradeço ao meu marido, filhos, sobrinhos e cunhadas por darem apoio incondicional.

Agradeço à minha mãe (in memoriam) pois ela incutiu o prazer de aprender e estar sempre estudando. E nesse momento de agradecimentos não posso deixar de lembrar-me de meu pai e meus irmãos (in memoriam), pois também influenciaram minha vida. E todos estão guardados em meu coração.

Resumo

QUEM SÃO OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA? QUESTÃO DE IDENTIDADE

O propósito do trabalho de conclusão de curso é analisar a formação da identidade dos funcionários da escola (serventes, merendeiras, secretárias e oficiais de escola) que atuam no ambiente escolar. Procurando compreender a valorização ou desvalorização desses profissionais da educação como cidadãos e trabalhadores através de entrevistas e referenciais como os de Ciampa, Heloani, Chiavenato e Félix.

Nas entrevistas, as primeiras perguntas, foram sobre a trajetória desse indivíduo até chegar à escola como trabalhador, a seguir como foi sua impressão sobre a mesma e como ele se “vê” atuando na escola. Esses trabalhadores se identificam com a educação e consideram-se educadores, mas apesar da identificação com o seu trabalho ainda não têm consciência profissional sobre o mesmo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
I - COMO SURTIU O TEMA	9
II – AS ORIGENS DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO	15
III – IDENTIDADE – O QUE É?	21
IV – O QUE DIZEM AS ENTREVISTAS	23
V – CONCLUSÃO	27
BIBLIOGRAFIA	30

Introdução

O texto é um convite à reflexão sobre a escola de um ponto de vista pouco discutido – o trabalhador da escola – considerados funcionários de apoio que, para registro, há apenas um trabalho de conclusão de curso na biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Na primeira parte discorre sobre como surgiu o tema, visto que a razão para a mesma foi a vivência na creche e depois no ensino fundamental e a percepção de suas particularidades.

Na segunda parte, busca as origens dos trabalhadores da escola no Brasil desde a entrada dos Jesuítas até os dias atuais.

Na terceira parte conceitua identidade, na quarta parte é feita a análise das entrevistas com base na conceituação de identidade e finalizando o texto retoma alguns pontos importantes e afirma que o mesmo é um grito de alerta para que os funcionários de escola tomem consciência de que são profissionais que educam.

I - Como surgiu o tema

O tema “Quem são os funcionários da escola? – Questão de Identidade tomou “corpo” durante a graduação, pois há muito tempo percebia a necessidade de situar a função do trabalhador na educação, visto que atuo na educação a aproximadamente quinze anos e já exerci a função de monitora em creche e atualmente como secretária na escola e percebi a necessidade de conhecer a estrutura e o funcionamento da educação especialmente quanto aos funcionários da educação, daí o interesse em estudar Pedagogia.

O trabalho na creche era algo extremamente novo para mim, mas que criou oportunidade de mudança, pois a convivência com as crianças, os pais, os outros parceiros de trabalho e a diretoria fortaleceram a ideia de que este profissional precisava de estudos, enfim orientação para o seu trabalho, pois o mesmo ia além do “cuidar”.

Mudei para a escola de ensino fundamental como secretária apesar de já ter estudado para a função não me sentia preparada para ser secretária de escola por que vivenciar a escola por dentro era algo novo, significava adquirir uma nova identidade como trabalhador na educação.

Nessa nova função percebi as relações que ocorrem no ambiente escolar, às vezes de conflito, às vezes de solidariedade, portanto, dentro do previsível na relação entre companheiros de trabalho. Mas, o que chamava atenção era o tipo de relacionamento estabelecido na escola: havia diferença de tratamento, isto é, tudo era pensado para o professor e os outros funcionários ignorados. As merendeiras eram orientadas – sempre que havia excedente de merenda a levar para a sala dos

professores e em qualquer evento que envolvesse muitos preparativos, as funcionárias além de suas atividades normais realizavam trabalhos manuais, tais como, costura, bordados, pintura, etc, e no momento dos agradecimentos estes eram dirigidos apenas aos professores e só muito depois os demais funcionários eram lembrados.

Pode parecer crítica essa colocação, mas a realidade do dia-a-dia da escola levou-me a perceber essa diferença e como a confirmar a minha intuição conversando com um professor de outra escola, da mesma rede de ensino, ele abordou o tema que há tempos incomodava – a diferença de tratamento que há na escola entre funcionários e professores – para este professor causava estranheza e praticamente foi a primeira vez que encontrei eco para minha percepção.

Portanto, passei a pesquisar e, percebi que existem várias publicações sobre relações entre professor/aluno, escola/comunidade e notei que há pouquíssimas publicações que fala sobre as relações dos funcionários da escola, primeiro identificando quem são, quais são as suas funções, como são percebidos na escola e como as suas atuações contribuem para o funcionamento da escola refletindo sobre os objetivos maiores que são o ensino/aprendizagem.

Utilizo o termo “todos são educadores”, pois conforme Paulo Freire o “ensinar inexistente sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar” (2006) e, portanto, os funcionários são atores que atuam como educadores não formais na escola.

O objetivo principal é analisar os funcionários da rede municipal de ensino da Região Metropolitana de Campinas, como cidadão inserido na sociedade que traz

experiências de vida e profissional e que pode contribuir para a criação e manutenção de um ambiente educacional de qualidade.

Atualmente as escolas participam da gestão participativa com diretrizes fornecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) que possibilita um “poderoso e moderno instrumento de planejamento”, plano este que faz parte de um projeto maior implantado pelo MEC visando à melhoria da qualidade da educação e envolvendo todos os membros que atuam na escola, isto é, diretores, coordenadores, comunidade, funcionários e estudantes.

“Construir capacidade e gerenciar a mudança para obter melhores resultados requer habilidades que a maioria dos administradores educacionais somente agora começam a desenvolver de maneira mais sistemática e profissional...é constante a preocupação em conferir racionalidade ao funcionamento do sistema, focar os esforços na aprendizagem dos alunos... Ponto comum aos esforços é a escola enquanto *locus* do ensino-aprendizagem e a necessidade de fortalecer sua capacidade de funcionar e ensinar. Reconhece-se que sem uma escola de qualidade não pode haver ensino de qualidade”. (MEC, 2006)

Portanto a escola de qualidade precisa desenvolver:

“relações interpessoais que conduzem a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos; que coloca o aluno como foco de suas preocupações; que dispõe de recursos humanos com formação e motivação adequadas. Vale lembrar que a escola como organização é um sistema, um conjunto organizado de partes interdependentes que se relacionam em busca de objetivos comuns.” (MEC, 2006)

Percebemos, portanto que esta é uma oportunidade para que os funcionários sejam reconhecidos na unidade escolar como profissionais que exercem a sua função e que muitos deles sentem prazer em contribuir para o desenvolvimento dos

alunos, mas que em contrapartida desejam ser vistos pela comunidade escolar (alunos, professores, diretores e pais) como cidadãos.

Para Durkeim (1984) as diferenças sociais existentes entre os indivíduos são o que os une, já que dependem um do outro e, realizarão troca de serviços entre si e que estes membros estão unidos em virtude do trabalho social. Portanto, a profissão do indivíduo é o meio necessário e também natural para viver na sociedade, porque o lugar do indivíduo é designado pela função que ele exerce e que a estrutura da sociedade é complexa.

A escola como local de trabalho tem natureza peculiar, visto que funcionários, professores e alunos são produtores e receptores de conhecimento, mas em suas atividades desempenham papéis diferenciados para a produção do conhecimento.

Anísio Teixeira compara a administração escolar com a administração dos hospitais, citando que a maior figura do mesmo é o cirurgião e que a direção do hospital precisa favorecer as melhores condições para que o cirurgião possa exercer sua função e este também é o caso da educação: administrar a escola para o professor exercer bem a sua função.

Então, como atuam? Qual é a sua visibilidade na escola? Mas como de fato trabalham na unidade escolar? Como são as relações deles com os alunos, os professores e a direção da unidade escolar? Enfim, como se constitui a identidade desses profissionais?

Mas para responder as perguntas acima se tornou necessário a adoção de metodologia de trabalho.

E as metodologias escolhidas foram pesquisa bibliográfica e pesquisa qualitativa. Optando pela pesquisa qualitativa porque oferece recursos tais como: história oral, biografias, autobiografias e entrevistas.

No presente trabalho de conclusão de curso apliquei as entrevistas semi estruturadas, pois elas permitem respostas abertas, isto é, “respostas de acordo com os termos do entrevistado” e ao mesmo tempo dá liberdade ao entrevistador de esclarecer as respostas fornecidas pelo entrevistado.

“As perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir mais além das respostas... pode buscar tanto o *esclarecimento* quanto a *elaboração* das respostas dadas, pode registrar informação qualitativa sobre o tópico em questão. Isso permite que ele tenha mais espaço para sondar além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado.” (TIM MAY, 2004)

As entrevistas foram realizadas com profissionais que ocupam diversos cargos na escola, tais como: secretária de escola, oficial de escola, serventes/merendeiras e motorista escolar. Diretores, coordenadores pedagógicos e professores não foram entrevistados.

Os entrevistados, no total de treze pessoas, são todos funcionários públicos municipais de uma cidade pertencente à RMC (Região Metropolitana de Campinas), sendo que uma parte deles trabalha na mesma escola e outra parte em escolas diferentes. A escolha dos funcionários de várias escolas teve como objetivo ampliar o universo de relatos para essa pesquisa.

As perguntas foram sobre o ambiente de trabalho, a direção da escola, professores, alunos e comunidade e o trabalho que realizam na unidade escolar. E

também perguntas que eram mais específicas sobre a função e perguntas que eram pertinentes àquele entrevistado.

Na pesquisa bibliográfica foram consultados diversos assuntos entre eles: Administração de Recursos Humanos, Teoria Geral de Administração, Administração e Gestão Escolar, Psicologia Social entre outros para a verificação dos conceitos e sua aplicabilidade na escola.

II – As origens dos trabalhadores da educação

Com a chegada dos Jesuítas no Brasil houve a fundação de colégios, sendo o primeiro em Salvador e outros em outras regiões. Esses colégios eram frequentados por filhos de portugueses, índios e mestiços.

Mas quem eram os Jesuítas? Os Jesuítas eram uma Ordem religiosa que tinha o objetivo de educar os jovens e expandir o cristianismo nas novas terras e deter o avanço da Reforma Protestante na Europa.

Os homens que compunham esta ordem faziam voto de castidade, de pobreza e obediência e eram formados por duas categorias: os padres e os irmãos coadjutores (auxiliares) que realizavam serviços de cozinha, costura, marcenaria, ferraria, biblioteca, vaqueiros, etc. Esses auxiliares, ou irmãos coadjutores cuidavam dos alunos que moravam nas escolas, pois os alunos moravam muito longe do colégio e também porque os Jesuítas queriam que as crianças e jovens fossem isolados da “vida mundana” da colônia.

Nos colégios maiores, como o da Bahia, Rio de Janeiro, Desterro, Olinda, Paranaguá esses coadjutores ainda orientavam os estudos fora das aulas, acompanhavam os alunos na recreação, nas excursões e em pequenos trabalhos e ainda cuidavam dos mesmos nos domingos e feriados, enfim os irmãos coadjutores “eram subalternos aos padres” e nunca foram nomeados reitores ou ministros. Registramos que os irmãos coadjutores eram auxiliados por escravos.

Mas os Jesuítas foram expulsos do Brasil no ano de 1759 encerrando “o primeiro capítulo da história da educação brasileira” (Monlevade, 2000). O marques

de Pombal planejou um sistema (educacional) em substituição aos colégios jesuítas que foram as aulas régias. Mas, como funcionavam as aulas régias?

Um clérigo ou leigo que soubesse ler, escrever e entendesse de artes e ciências, se candidatava a professor, levando consigo uma lista de prováveis alunos para a Câmara Municipal solicitando aprovação, esta por sua vez encaminhava à Coroa Portuguesa para por fim ser autorizado.

O professor reunia os alunos em sua casa ou na sacristia de uma igreja, portanto deixaram de ser colégios, eram pequenas escolas “espalhadas pelas cidades e vilas” e uma escrava ou escravo se encarregava de servir “água aos alunos e ao professor e talvez fosse encarregado de abrir e fechar a porta, fazer soar a sineta e espanar o pó de alguns raros livros que enfeitavam a estante ou “prateleira” da sala. Ou seja, um trabalhador quase doméstico” (Monlevade, 2000).

O sistema de Aulas Régias era frágil e subordinado às autoridades do local e central, portanto, o número de escolas era reduzido. Desse modo as Aulas Régias não prosperou e favoreceu a iniciativa privada na figura de religiosos ou professores autônomos que se oferecia como alternativa para a escolarização.

Monlevade (2000) escreve: “Nestas pequenas escolas privadas, quando bem sucedidas, provavelmente surgiram também os primeiros professores assalariados não públicos e talvez os primeiros funcionários não-escravos.”

Paulatinamente houve aumento das escolas, pois o País passava por transição de governo, modo de produção e a população cada vez mais urbana.

Com crescimento do número de escolas e conseqüente aumento de funcionários colaborou para o “surgimento de uma nova categoria de educadores – os funcionários de escolas” (Monlevade, 2000) divididos em dois grupos: os que

cuidavam dos serviços burocráticos, portanto mais escolarizados e valorizados e os “serviçais”, isto é, os serventes de limpeza, as inspetoras de alunos, as merendeiras, etc.

Os prédios escolares eram grandes, com várias salas de aula e outras dependências, exigindo:

“a presença de novos tipos de trabalhadores na educação escolar: porteiros, auxiliares nas secretarias, bibliotecários, “preparadores” de experiências em laboratórios, vigias, agentes de limpeza. As escolas públicas também incorporaram uma clientela que exigiu ações complementares à instrução, como a alimentação escolar para as crianças e o manejo disciplinar dos alunos mais crescidos: assim se incorporaram duas personagens cada vez mais presentes, as merendeiras e os inspetores de alunos.” (Monlevade, 2000)

No site do Ministério da Educação (MEC) chama atenção um texto que trata do programa chamado PROFUNCIÓNÁRIO, na primeira leitura realizada nota-se interessante a forma como apresenta o programa porque expõe a necessidade de reconhecer os funcionários de escola valorizando-os pois relata inicialmente:

“O programa nacional de valorização dos profissionais da educação tem como objetivo desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização dos profissionais da educação, com foco nos funcionários de escola. Estas ações específicas, dirigidas a este segmento de trabalhadores da educação, se fazem necessárias, em razão da dívida histórica do Estado brasileiro com este setor educacional.

São ações visando promover o reconhecimento e inserir estes trabalhadores no mundo jurídico institucional da área da educacional, como profissionais portadores da identidade de Técnicos da Educação.”

O mesmo artigo ainda relata que a:

“dívida social brasileira com os trabalhadores da área educacional, remonta a meados do século passado, a partir do momento em que a Educação

Pública no ensino fundamental passou a expandir, sem que os recursos suficientes fossem assegurados.”

Menciona que no universo dos trabalhadores da educação encontram grande número de trabalhadores que são responsáveis pela vida funcional da escola e que estes exercem as mais variadas atividades:

“registros e documentação da vida escolar dos alunos; uso e manuseio dos recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos; elaboração de cardápios, seleção, armazenamento e preparo de alimentos, organização das cozinhas e distribuição da merenda escolar; recepção e liberação dos alunos nos portões; pela estrutura material das salas de aula e espaços escolares, pela limpeza e conservação do ambiente.”

Afirma também que a história desse segmento, desses profissionais tem sido “marcada pela negação do direito a programas de formação que lhes confira uma identidade e um perfil adequado às funções que exercem”.

O documento reza que o quadro apresentado “comprova a exigência de uma política consistente de reconhecimento, profissionalização e valorização destes trabalhadores.”

“O reconhecimento dos funcionários de escola, como profissionais da educação significa saldar uma dívida histórica com esse segmento que tem tido um papel preponderante na garantia da construção da Escola Pública, democrática e compromissada com os interesses de todos os brasileiros.”

O artigo relata que:

“Estudo realizado pelo INEP em 2004 deu conta que o Brasil, não possui um controle efetivo quanto à criação e implantação de planos de cargos, carreira e salários de profissionais da educação, não se sabe ao certo, quantos municípios dispõem em processo ativo, deste instrumento. Estas condições, no segmento de funcionários, chega a ser pior que as

observadas no segmento de professores. É uma área muito dada ainda, às práticas clientelistas. As formas de contratações em muitos lugares ainda seguem critérios pouco transparentes, são o grau de amizade e as relações particulares, não se realizam concursos de acesso e, portanto não se levam em conta os processos de formação e evolução a partir de um plano de carreira.

Em muitos lugares, quando são, estes trabalhadores enquadrados em um plano de carreira, compõe o plano dos funcionários públicos gerais, sem levar em conta, as especificidades do setor educacional. A aprovação destes projetos de lei significa um fortalecimento jurídico institucional à política de valorização dos trabalhadores da educação, tanto para segmento de funcionários de escola quanto para professores .”

O quadro abaixo nos dá um vislumbre sobre quem eram os funcionários da educação desde o período jesuítico até o ano 2000 (adaptado de Monlevade, 2000).

Período	Auxiliares
De 1549 a 1758	Irmãos coadjutores
De 1772 a 1834	Escravos
De 1834 a 1931	Funcionários recrutados burocrática ou clientelisticamente.
De 1931 a 1971	Funcionários das Escolas Públicas: sub-emprego clientelístico.
De 1971 a 1988	Funcionários se associam aos sindicatos
De 1988 a 1997	Professores e funcionários se unificam no movimento sindical.

Apesar do movimento governamental e sindical para a valorização dos funcionários de escola ele é muito tímido, pois esses atores (funcionários municipais da educação) ainda não são beneficiados e pouco tem conhecimento sobre a Portaria Normativa nº 25 de 31/05/2007 que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica – PROFUNCIÓNÁRIO, o Decreto nº 7.415 de 30/12/2012 que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – Profuncciónário,

e dá outras providências, da Resolução nº 5/2005 que inclui como 21ª área profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar, para oferta de cursos de Técnico de nível médio e a Lei nº 12.0147 de 06/08/2009 que altera o artigo 61 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/1996) com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

III – Identidade – O que é?

A identidade pode ser o R.G. (Registro Geral) em que a pessoa comparece a um órgão competente e faz um documento que a identifica contendo o seu nome, o nome dos pais, data e local de nascimento e um número que o identifica ou também como registra o dicionário:

“Identidade: qualidade de idêntico, conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa, tais como o nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais,”(Pequeno Dicionário)

Portanto, respondendo à pergunta inicial afirmamos que identidade é o nome do indivíduo, o sexo, idade, local de nascimento, nacionalidade mas, não é apenas isso, como escreve Ciampa (1987, p. 131): “Um nome nos identifica e nós com ele nos identificamos”. Esse nome não surgiu, apareceu, ele nos foi dado, isto é, nos atribuíram esse nome e quando pequenos nos chamavam pelo nome e só quando crescemos nós falamos “eu me chamo”.

“Nosso nome como que se funde em nós... O nome é mais que um rótulo ou etiqueta: serve como uma espécie de sinete ou chancela, que confirma e autentica nossa identidade. É símbolo de nós mesmos.” (Ciampa,1987)

Ciampa, escreve que a maioria dos cientistas sociais acham aceitável “que a identidade de uma pessoa é um fenômeno social e não natural”. Isso significa que o “indivíduo encarna as relações sociais configurando uma identidade pessoal, uma história ou um projeto de vida”.

O indivíduo é um ser biológico que o identifica e também uma representação que expressa sua identidade, porque “individualidade dada já pressupõe um

processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado” (Ciampa,1987). Citamos como exemplo o nascituro que é representado como filho de alguém, membro de uma determinada família e mais tarde esse indivíduo assimila essa representação “de tal forma que seu processo interno de representação é incorporado na sua objetividade social como filho daquela família” (Ciampa,1987).

Como podemos perceber a identidade de um indivíduo é incorporada pelas relações sociais e no

“conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela.

A questão de identidade, assim deve de ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é sobretudo uma questão social, uma questão política.

Como, tal, diz respeito a todos nós” (Ciampa,1987).

Então aprendemos que identidade é metamorfose e que metamorfose é vida.

Retomando, podemos afirmar que a identidade pode assumir a forma de um nome próprio e depois adota outros predicados ou outros “papéis”, mas que sua melhor expressão é personagem. Porque como um ator representa um papel incorporando o personagem deste papel perguntamos: Quem é o ator que representa o personagem? Se o ator for conhecido a pergunta estará respondida, mas senão surgirá outra como: Quem é ele?, Como ele é? Ou, de onde ele é?

Portanto ao entrevistar os trabalhadores procurei responder a essas questões para identificá-los e saber como eles se veem dentro da escola.

IV – O que dizem as entrevistadas

Os trabalhadores da educação entrevistados são funcionários concursados atuando como serventes que cuidam da limpeza e servem a merenda (sendo a merenda terceirizada), inspetores de alunos, oficiais e secretárias de escola (que cuidam da burocracia da unidade de ensino). Essas pessoas vieram de diferentes experiências profissionais as quais destaco:

“empresa privada...trabalhava no jornal” (secretária de escola)

“eu trabalhava...como auxiliar de arquivo” (assistente administrativo)

“comecei na costura, depois de um tempo aí fui trabalhar no escritório, em vários né” (servente)

“eu trabalhava com minha avó na mercearia” (secretária de escola)

“foi meu primeiro emprego” (inspetora de alunos)

Verificou-se que a maioria dos entrevistados, isto é, das treze pessoas, doze tinham alguma experiência profissional quer em empresa privada ou em trabalho informal e uma nunca havia trabalhado em empresa. Cada uma trazia sua identidade formada por suas experiências anteriores e ao iniciarem seu trabalho na escola apresentaram uma “estranheza”. Como Ciampa esclarece, somos seres mutantes que podem assumir uma nova identidade e, portanto, tiveram que incorporar este novo “eu”.

Portanto, esclareceram que quando chegaram para trabalhar na escola:

“eu assustei um pouco, né, no começo...serviço de faxina, eu nunca trabalhei de faxina então achava assim: ‘será que vou dar conta?’ (servente)

“no começo até assustei um pouco devido aos portadores de necessidades especiais” (servente)

“achei muito diferente, porque não tinha nada a ver com o serviço que eu tinha feito antes, que era numa fábrica” (merendeira)

“a gente entra e não sabe nem o que vai fazer, né, totalmente perdida”
(secretária de escola)

“trabalhava numa creche como auxiliar de enfermagem...”(oficial de escola)

Ciampa(1987) novamente informa que nossa identidade é constituída de vários “eus” e através dos relatos acima vemos que tinham uma identidade, isto é, algumas se assustaram porque a escola não apresentava algo que lhes era conhecido, familiar, tudo era estranho, novo, que deixavam como uma das entrevistadas relatou “totalmente perdida”. Mas com o auxílio de outras trabalhadoras da educação foram incorporando a nova identidade.

Todos os entrevistados admitem ser importantes no ambiente escolar, que as funções exercidas deixam muitas oportunidades para agirem como educadores.

Como uma das entrevistadas que atua na secretaria da escola diz:

“A criança que vem lá no balcão pra você atender, alguma informação de data de nascimento, alguma coisa, você é um educador. Até sua maneira de falar com as crianças já é diferente. Até a servente que está lá limpando de uma forma ou de outra, na hora que ela vai atender um aluno, ela é educadora também. A merendeira que serve a merenda de uma forma ou de outra, todo mundo é educador.” (secretária de escola)

Ou como uma servente relatou: “eu me pego chamando atenção dos meninos, principalmente quando vão ao banheiro.”

Também as inspetoras de alunos:

“eu educo sim... eu falo, eu converso com as crianças, eu ensino... como mãe eu já sei como é que é, que as crianças são tão pequenininhas. Eu já criei meus filhos, então do jeito que eu conversava com meus filhos, converso com eles também. Procuro educar eles, ensinar eles.” (inspetora de alunos)

Outras entrevistadas também deixaram seu relato, tais como:

“Dentro da escola todo mundo pode ser educador... no começo eu não tinha essa visão...” (secretária de escola)

“Acho que todo mundo é educador, todo mundo que trabalha na escola é educador... antes eu não pensava assim... fez a gente entender e ver que todo mundo é educador, todo mundo ta ali, todo mundo tem uma certa importância na educação das crianças. Até mesmo em você chamar atenção de uma criança, você está educando ela.” (Servente)

“Todos nós dentro da escola somos educadores.” (Oficial de escola)

Mas, conforme os registros acima alguns dos entrevistados apresentaram dificuldade em incorporar a nova identidade e foram ajudadas por outras pessoas e foram amadurecendo, absorvendo a nova identidade. Nós não nascemos com as identidades que assumimos durante nossa vida, pois as primeiras identidades nos são dadas pelos nossos pais e depois pelo meio social em que vivemos.

Os entrevistados, mesmo em suas diferentes funções, diz que há espaços para serem educadores, que amadureceram ou como são mães e que querem o melhor para seus filhos entendem que os alunos também merecem o melhor que cada um pode dar. Portanto como Ciampa (1987) afirma que “nos tornamos algo que não éramos ou nos tornamos algo que já éramos e que estava “embutido” dentro de nós”.

Na análise das entrevistas verifica-se que, a maioria afirma ter boa relação com os alunos, pais, professores e diretores e mesmo quando há divergência de opinião estas são passageiras, porém alguns dos entrevistados dizem que há professores que não os veem como auxiliares, ignorando-os, conforme o registro abaixo:

“Teve época que teve uma reunião e uma professora amiga da gente, das serventes... falou pra direção, nesta reunião, que os professores não falavam bom dia pra nós, que éramos serventes, que isso estava errado

que a gente estava trabalhando na Educação que a gente tinha que dar o exemplo.” (servente)

“Na verdade a própria Secretaria de Educação faz uma distinção de cargo, a partir do momento que ela tem o Estatuto pro Magistério, Estatuto pro Funcionário que nós estamos... é coisa que vem da Lei, que tira o funcionário.” (secretária de escola)

V – Conclusão

Transitando pela história da educação no Brasil iniciando pelo período dos Jesuítas procurando os trabalhadores da educação e encontra-se os “irmãos coadjutores” que mantinham todo o colégio funcionando, isto é , a limpeza, construção , alimentação, o cuidado com os alunos e outras tarefas importantes para a Companhia de Jesus. Vale lembrar que esses irmãos coadjutores não foram elevados a categoria de professores e aceitavam esta condição subalterna devido ao seu voto religioso.

No ano de 1759 o Marquês de Pombal então ministro de Portugal determinou a expulsão dos Jesuítas do Brasil e instalando um novo sistema educacional “As Aulas Régias”, essas aulas eram ministradas por um leigo ou clérigo que soubesse ler, escrever e entendesse de artes e ciências. Portanto, esse “professor” reunia os alunos na sala de sua residência ou na sacristia da igreja e para manter a ordem do local (limpeza) precisava apenas de um escravo para realizar o trabalho.

As aulas régias não prosperavam favorecendo a iniciativa privada na figura de religiosos ou professores autônomos que segundo Monlevade (2000) estas escolas quando bem sucedidas favoreceram o surgimento dos primeiros professores assalariados e talvez dos primeiros funcionários não escravos.

O Brasil desenvolveu-se e ocorreu o aumento do número de escolas e conseqüentemente surgiu uma nova categoria de trabalhadores, os funcionários da escola.

Quem são os funcionários da escola? Os funcionários da escola são serventes de limpeza, inspetores de alunos, merendeiras, secretarias e auxiliares

administrativos que preparam o ambiente para o professor atuar no ensino/aprendizagem do aluno.

Esses funcionários não tinham experiência com o ambiente escolar quando assumiram seu cargo na escola. Segundo relatos dos entrevistados houve um estranhamento, sentiram-se deslocados e até mesmo assustados com o número de crianças, mas aos poucos foram assumindo seus papéis como educadores, quer porque já eram mães e achavam que deveriam tratar/cuidar dos alunos como fazem com seus filhos, quer porque foram orientados para o trabalho chegando a acharem que são educadores nas funções que exercem. Sabem que não são professores e que, portanto que não fazem educação formal, mas que o que lhes cabe no seu dia a dia é importante para o aluno vivenciar, isto é, a rotina da escola como limpeza, merenda, filas, documentos e outras atividades incorporando esse aprendizado.

Observamos que esses trabalhadores encaram sua função como vocação, como um sacerdócio tal qual àqueles irmãos coadjutores do passado, mas percebem que esse tempo já passou e que estão vivendo novos tempos, que em suas atividades há espaço para atuarem como educadores e que se identificam como tal.

Em suas falas há contradição entre identificar-se como educadora e profissional da educação, pois veem-se como educadores, mas não tem uma identidade constituída do ponto de vista profissional desenvolvida de tal modo que possa exigir seus direitos como educadores, daí a importância de atuar entre os pares com o objetivo de inculcar a ideia de que ser trabalhador na escola é ser profissional qualificado e que esta qualificação é obtida com formação continuada em serviço e também com a organização dos trabalhadores da educação.

Diante desse quadro no decorrer do curso para ser professora, percebe-se a necessidade da formação profissional do trabalhador da escola para a Educação e sua luta silenciosa para ser reconhecido como educador.

É óbvio que não é a palavra final sobre o assunto, primeiro que na cidade de estudo os funcionários públicos municipais estão se organizando como sindicato e os professores são assessorados pela APEOESP e os outros trabalhadores das escolas são associados do sindicato ou não, fica claro a desinformação neste grupo de trabalhadores.

Bibliografia

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dez. 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. CNE/CEB. Parecer 04/98 de 29/01/98. ***Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.*** Relatora: Regina Alcântara de Assis.

BRASIL. Decreto Nº 7.415, de 30 de dez. 2010. - www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/.../D7415.htm acessado em 03/02/2012.

CAPITÃO, Claudio Garcia, HELOANI, José Roberto. A Identidade como grupo, o grupo como identidade. Revista Aletheia, nº 26, p.50-61, julho/dezembro 2007.

CIAMPA, Antonio da Costa. **Identidade.** In: Lane, Silvia T.M. e CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social – O homem em movimento.** São Paulo, Editora Brasiliense, 5ª edição, 1987.

_____. **A estória de Severino e a história de Severina.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

CHIAVENATO, I. **Introdução geral a teoria da administração.** 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, I. ***Os novos paradigmas:*** como as mudanças estão mexendo com as empresas. São Paulo. Editora Atlas, 1996.

CHIAVENATO, I. ***Gerenciando pessoas:*** o passo decisivo para a administração participativa. São Paulo. Editora Makron Books, 1992.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O conselho nacional de educação e a gestão democrática**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

DERMEVAL, S. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DURKHEIM, Emile. A divisão do Trabalho Social. Vol.I. 2ª edição. Editora Presença. Lisboa, Portugal, 1984.

DOURADO, L. F.. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) *Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **O Discurso da qualidade e a qualidade do discurso**. In: GENTILLI, Pablo; SILVA, T. T. da. (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FÉLIX, M. F.C. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 20. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNDESCOLA. Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumento o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3ª ed. Brasília: FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC, 2006.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. 10. ed. Campinas (SP): Papirus, 1994.

INDAIATUBA. **Decreto N° 6709 de 29 de dez. de 1999**. Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais do Município de Indaiatuba. Publicado na Imprensa Oficial em 31/12/1999.

JAPIASSÚ, H. **Dicionário básico de filosofia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000 (Guia da escola cidadã, v. 4).

———. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENGA, L. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MONLEVADE, João. **Funcionários das escolas públicas: Educadores profissionais ou servidores descartáveis?** Ceilândia, Idea Editora Ltda, Sem data.

———. **Funcionários das escolas públicas: Educadores profissionais ou servidores descartáveis?** Acorizal (MT), Editora particular do autor. Sem data.

———. **Treze lições sobre fazer-se educador no Brasil**. Brasília, Idea Editora Ltda, 2000.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

—————. **Gestão democrática da escola pública**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

SALERNO, Soraia Chafic El Kfouri. **Administração gerencial ou gestão administrativa?**: foco no planejamento educacional. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo:Cortez. 1986.

TOLEDO, Flávio de. **O que são recursos humanos**. Coleção Primeiros Passos.10ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.